

CAMINHOS DA DOCÊNCIA: A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA PARA A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DO CAMPO

Ana Paula Gomes de Souza Ribeiro

Acadêmica do curso de Licenciatura em Educação do Campo/ Ciências da Natureza, do CAFS/UFPI.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7997-8623>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3757484768146590>
E-mail: 1807ribeiropaula.rp@gmail.com

Ágata Laisa Laremborg Alves Cavalcanti

Doutora em Educação. Professora do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/ Ciências da Natureza, do CAFS/UFPI.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8864-2857>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2226616167031810>
E-mail: agatalaysa@ufpi.edu.br

RESUMO

O Programa Residência Pedagógica (PRP) é um programa que tem por objetivo aprimorar a formação do graduando nos cursos de licenciatura, possibilitando a imersão do aluno na escola a partir da metade do curso, período que coincide com o Estágio Supervisionado. Assim, o presente artigo tem como objetivo compreender a importância do PRP para formação do Educador do Campo. O estudo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa documental e bibliográfica (GIL, 2008) nos quais foram utilizados os fundamentos legais da PRP, Resoluções CNE/CP n. 4/2018, n. 2/2017, n.02/2015; LDBEN n. 9.394/96; Portaria GAB n. 38/2018; Constituição Federal (1988); Editais CAPES; Diretrizes para Formação de Professores da Educação Básica; BNCC; BNC - formação e revisões bibliográficas articuladas aos referenciais de formação de professores, educação do campo e Estágio Supervisionado. A pesquisa foi estruturada descrevendo o Programa Residência Pedagógica enquanto política pública de formação de professores e sobre o PRP e a articulação com o Estágio Supervisionado. Assim, compreendemos que o Programa Residência Pedagógica busca romper com a clássica distância entre a teoria e a prática docente por meio de uma experiência larga e de uma atuação compartilhada entre a universidade e a escola da Educação Básica. Por conter uma carga horária ampliada, colabora para que o futuro docente compreenda a práxis educativa e adquira experiências no âmbito escolar.

Palavras-chave: Educação do Campo. Formação Inicial. Residência Pedagógica.

PATHS OF TEACHING: THE IMPORTANCE OF THE PEDAGOGICAL RESIDENCE PROGRAM FOR TEACHER TRAINING IN THE FIELD

ABSTRACT

The Pedagogical Residency Program (PRP) is a program that aims to improve the training of undergraduates in undergraduate courses, enabling the student's immersion in school from the middle of the course, a period that coincides with the Supervised Internship. Thus, this article aims to understand the importance of PRP for training the Educador do Campo. The study was developed from a documentary and bibliographic research (GIL, 2008) in which the legal foundations of the PRP, Resolutions CNE/CP n. 4/2018, no. 2/2017, n.02/2015; LDBEN no. 9,394/96; GAB Ordinance no. 38/2018; Federal Constitution (1988); CAPES Notices; Guidelines for Training Basic Education Teachers; BNCC; BNC - training and bibliographic reviews articulated with the references of teacher training, rural education and Supervised Internship. The research was structured describing the Pedagogical Residency Program as a public policy for teacher training and the PRP and the articulation with the Supervised Internship. Thus, we understand that the Pedagogical Residency Program seeks to break the classic distance between theory and teaching practice through a broad experience and a shared action between the university and the Basic Education school. As it contains an extended workload, it helps future teachers understand the educational praxis and acquire experiences in the school environment.

Keywords: Rural Education. Initial formation. Pedagogical Residence.

CAMINOS DE ENSEÑANZA: LA IMPORTANCIA DEL PROGRAMA DE RESIDENCIA PEDAGÓGICA PARA LA FORMACIÓN DE PROFESORES EN EL CAMPO

RESUMEN

El Programa de Residencia Pedagógica (PRP) es un programa que tiene como objetivo mejorar la formación de los estudiantes de pregrado en cursos de pregrado, posibilitando la inmersión del estudiante en la escuela desde la mitad del curso, período que coincide con el Pasantía Supervisada. Así, este artículo tiene como objetivo comprender la importancia del PRP para la formación del Educador do Campo. El estudio se desarrolló a partir de una investigación documental y bibliográfica (GIL, 2008) en la que los fundamentos legales del PRP, Resoluciones CNE / CP n. 4/2018, no. 2/2017, n. 02/2015; LDBEN n. 9.394/ 96; Ordenanza GAB no. 38/2018; Constitución Federal (1988); Avisos CAPES; Lineamientos para la formación de docentes de educación básica; BNCC; BNC - Revisión formativa y bibliográfica articulada con los referentes de formación docente, educación rural y Pasantía Supervisada.

La investigación se estructuró describiendo el Programa de Residencia Pedagógica como una política pública de formación docente y el PRP y la articulación con el Internado Supervisado. Así, entendemos que el Programa de Residencia Pedagógica busca romper la clásica distancia entre teoría y práctica docente a través de una amplia experiencia y una acción compartida entre la universidad y la escuela de Educación Básica. Al tener una carga de trabajo extendida, ayuda a los futuros profesores a comprender la praxis educativa y adquirir experiencias en el ámbito escolar.

Palabras clave: Educación del campo. Formación inicial. Residencia Pedagógica.

1 INTRODUÇÃO

O Programa Residência Pedagógica (PRP) é um programa que tem por objetivo aprimorar a formação do graduando nos cursos de licenciatura, possibilitando que o aluno seja inserido na escola a partir da metade do curso, período que coincide com o Estágio Supervisionado. Conforme o Edital CAPES n. 06/2018, “[...] durante e após a imersão o residente deve ser estimulado a refletir e avaliar sobre sua prática e relação com a profissionalização escolar e com isso fazendo registro em relatório pra contribuir a avaliação de socialização de sua experiência como residente” (CAPES, 2018, p. 19).

Acerca disso, Pimenta e Lima (2006, p. 07) destacam que é necessário pensar a teoria como referência para a prática a fim de promover a articulação entre teoria e prática no Estágio Supervisionado. Neste sentido, é preciso que os estudantes sejam inseridos no contexto educacional, tenham a oportunidade de vivenciar experiências da realidade escolar, busquem analisá-las e questioná-las criticamente à luz de teorias.

As autoras defendem que, para superar esta problemática, é preciso observar o “[...] estágio como uma atitude investigativa, que envolve a reflexão e a intervenção na vida da escola, dos professores, dos alunos e da sociedade” (PIMENTA; LIMA, 2006, p. 7). Sendo assim, percebemos que necessita ser desenvolvido de forma ativa para que faça diferença na formação, uma vez que o estágio não deve ser cumprido

por uma simples nota da disciplina, mas torna-se importante ser apoiado por projetos nos cursos de formação.

Em 2018, foi lançado a primeira versão do Edital do PRP pela CAPES. A proposta do edital visava assessorar o aprimoramento do Estágio Curricular Supervisionado dos cursos de licenciatura das Instituições de Ensino Superior e, para isso, o Edital apresentou três fases: a primeira era treinamento de 60 horas; a segunda fase, de caracterização e imersão na escola, de 60 horas; e, por fim, a terceira fase, sendo a regência de classe, contendo 320 horas (CAPES, 2018).

Somente a partir da prática enquanto atividade transformadora é possível desenvolver estratégias pedagógicas que contribuam na resolução dos problemas presentes no ambiente de atuação do professor, fundamentadas na teoria (VÁSQUEZ, 2007). Ao compreender a necessidade da articulação efetiva entre teoria e prática, estabelecemos uma dialética de formação na perspectiva crítica, transformadora e emancipatória.

Na Universidade Federal do Piauí, o PRP foi implementando pela Profa. Dra. Antonia Dalva França Carvalho, que também foi responsável pela implantação do PIBID na IES, atuando com excelência e compromisso na condução dos programas de iniciação a docência. Sempre visando contemplar todas as áreas de conhecimento, destacamos a presença da área de Educação do campo presente no PIBID e no PRP.

No contexto do PRP, umas das conquistas importantes foi o edital contemplar a área de Educação do Campo, abrangendo as escolas do campo. Diante dessa conquista, como o Programa Residência Pedagógica contribui para a formação do educador do campo no desenvolvimento práticas inovadoras na construção da identidade docente dos discentes residentes em formação acadêmica do LEDOC?

De acordo com Pereira *et al* (2020), podemos desatacar o reconhecimento do espaço campo de prática educativa, agendamento de visitas e observações, início de ações práticas e/ou educativas, escolha da ação de intervenção pedagógica, conteúdos, oficinas, planejamentos das aulas, projetos, todas essas atividades

voltadas para vida campesina dos alunos. Os autores destacam, de forma geral, que foi uma vitória, para Educação do Campo, o debate acerca dessas questões.

Ainda há muito a conquistar para assegurar e trazer mais progresso para a educação campesina, mas um passo foi dado. O debate acerca da Educação do Campo tem se tornado sólido, ampliando os entendimentos das pesquisas, das modificações nas legislações educacionais, das requisições de deveres a serem desempenhados pelas instituições de ensino, sociedade e Estado (PEREIRA *et al*, 2020). E isso está visível no entendimento da Educação do Campo, de acordo com Nery e Molina, (1999), que destacam a finalidade de planejar uma Educação Básica do Campo direcionada à convivência e ao acréscimo econômico e social dos povos onde trabalham e habitam (na zona rural), e acatando as discordâncias históricas e culturais para uma convivência com dignidade e para que seja uma diversidade de ideias e entendimentos pedagógicos.

Assim, a Educação do Campo assume um papel importante na vida campesina, promovendo um empoderamento do indivíduo em seu ambiente, trabalhando no sentido transformador. Então, espera-se do educador do campo que ele consiga ir além do convencional, que o ensino dia a dia seja transformado com práticas inovadoras, mas que estejam dentro da realidade camponesa, e que faça uma reflexão que traga evolução tanto para o educador quanto para a comunidade (PEREIRA *et al*, 2020).

Diante desse contexto, qual o impacto que o PRP traz para a formação do educador do campo? O PRP traz uma perspectiva diferenciada na formação dos licenciados em Educação do Campo, ampliando seus conhecimentos em vários aspectos, sobretudo, vivenciando experiências escolares que possibilitem o desenvolvimento de práticas com dinâmicas relacionadas ao ambiente campesino e, assim, trazendo benefícios aos alunos que passam a ter suas aulas voltadas à sua realidade.

Diante das vivências adquiridas como acadêmica do curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza (LEDOC), do *Campus* Amílcar Ferreira Sobral (CAFS), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), bem como das experiências

oportunizadas pela participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), na Escola Municipal Benedito Rodrigues da Silva, localidade Tabuleiro do Mato, e da participação no primeiro Edital do Programa Residência Pedagógica, da área de Educação do Campo, de Floriano-PI, na Escola Municipal Aldenira Nunes, localizada na comunidade L3, foi notória a contribuição dos programas para a melhoria da qualidade do ensino nas escolas do campo.

Assim, o presente artigo tem como objetivo geral compreender a importância do Programa Residência Pedagógica para formação do educador do campo. Para isso, traçamos como objetivos específicos: analisar o Programa Residência Pedagógica como Política Pública de formação de professores e identificar a relação entre o Programa Residência Pedagógica e o Estágio Supervisionado no processo de aprendizagem da docência.

O percurso metodológico foi delineado a partir da pesquisa documental e bibliográfica, bem como da análise documental, nos quais foram utilizados os fundamentos legais da PRP, leis, resoluções, constituição, editais CAPES PRP, Diretrizes para Formação de Professores da Educação Básica, BNC formação, Portarias CAPES PRP e revisões bibliográficas articuladas aos referenciais de formação de professores.

Um das maiores contribuições do PRP voltada para as escolas do campo é possibilitar a oportunidade aos estudantes de uma aproximação com a realidade das escolas campo, ambiente este onde será alcançado saberes que ajudarão nas práticas futuras com realidade campesina. Segundo Silva (2015), ao articularmos o estágio e as práticas desenvolvidas na PRP, compreendemos que é oportunizado ao licenciando (residente) um momento absoluto e continuado de experiência na realidade escolar sob supervisão de um docente formador.

Sendo assim, é importante afirmar que o PRP não beneficia somente a sala de aula, tornando admissível ao estudante (residente) descobrir os diferentes aspectos da escola, como o acompanhamento pedagógico e a convivência com o espaço escolar. Portanto, o PRP contém um papel significativo na formação, pois, por meio dela, é sentido e experimentado episódios e atribuições que apenas docentes

formados já tiveram, trazendo, assim, colaboração para o aprimoramento profissional voltado, ainda, para o diálogo e coletividade, podendo expandir os conhecimentos tanto do estudante quanto dos professores.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

O presente artigo se desenvolve através de uma abordagem qualitativa, que, segundo Corrêa (2008, p.11), a “[...] pesquisa qualitativa é quando a técnica de pesquisa busca entender as dinâmicas de um ou poucos objetos de estudo, sem preocupações relacionadas a números e quantidade, apenas com as características qualitativas do objeto de estudo”. Dessa forma, a pesquisa qualitativa é definida pelo tipo de coleta de dados que visa detalhar diferentes textos por diferentes técnicas de análise que não atenta para um perfil numérico. Não faz determinações de valores, nem medidas. Devido ao caráter particular da pesquisa qualitativa, suas consequências não devem ser exibidas por meio de soluções estatísticas, mas pelo meio de relatórios que focalizam nos pontos de vista analisados.

O objetivo dessa pesquisa é compreender a importância do Programa Residência Pedagógica para a formação do educador do campo. Dessa forma, torna-se necessária a utilização da pesquisa bibliográfica e documental. Para Corrêa (2008, p.11), a pesquisa documental é aquela que se caracteriza “[...] quando todas as informações da pesquisa são encontradas ou retiradas de livros e documentos. [...] servindo de base para o aprofundamento determinado tema”. Nesse sentido, os documentos avaliados podem ser atualizados ou antigos e podem ser utilizados para descrever contextos históricos, culturais, sociais e econômicos de um espaço ou grupo de indivíduos em algum período da história.

Segundo Prodanov (2013, p. 131), “[...] destacamos que a finalidade da pesquisa científica não é apenas um relatório ou uma descrição de fatos levantados empiricamente, mas o desenvolvimento de um caráter interpretativo no que se refere aos dados obtidos”. Foram analisados documentos dos fundamentos legais da PRP, leis, resoluções, constituição, LDB, editais CAPES RP (2018, 2020), Diretrizes para

Formação de Professores da Educação Básica, BNC formação, portarias CAPES RP e revisões bibliográficas referentes e articuladas aos referenciais de formação de professores.

Recorreremos à análise documental para realizar a organização e análise dos dados. Segundo Gil (2008), o mais levante em análise de dados é o cuidado no contexto da unidade social. Dessa forma, esse autor enfatiza que a pesquisa documental adota os mesmos métodos da pesquisa bibliográfica.

De acordo com Corrêa (2008), Gil (2008) e Prodanov (2013), foram realizadas as análises documental e bibliográfica, nos quais foram utilizados os fundamentos legais da PRP, leis, resoluções, constituição, editais CAPES PRP, Diretrizes para Formação de Professores da Educação Básica, BNC formação, portarias CAPES RP e revisões bibliográficas articuladas aos referenciais de formação de professores. A fundamentação teórica foi construída a partir dos objetivos expostos e nomeada da seguinte forma: Programa Residência Pedagógica enquanto Política Pública de Formação de Professores; A Formação de Professores do Campo; O Programa Residência Pedagógica e a Articulação com o Estágio Supervisionado: Caminhos da Docência.

A seguir, discutiremos sobre o Programa Residência Pedagógica enquanto Política Pública de formação de professores.

3 PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A formação inicial de docente atua com uma preparação para exercer a profissão, constituindo um momento de passagem do estudante do curso de licenciatura para o magistério. É indispensável nessa etapa, que compreende a fase de formação inicial, que signifique uma instrução ininterrupta do futuro professor. Por meio do PRP, o estudante (residente) em formação adquire saberes relacionadas à profissão docente por estarem em contato com a realidade escolar, tendo em vista, também, a justaposição entre as IES e o espaço escolar (CAPES, 2018).

A partir dessa temática foram analisados documentos que embasassem a construção do capítulo seguinte, que expõe a residência pedagógica como política pública, assim, favorecendo uma formação inicial de qualidade, e ainda tivemos uma análise abordando conteúdo que foi efetivada por meio de uma pesquisa bibliográfica, a partir dos autores, para discutir com embasamento teórico as contribuições do PRP para a formação inicial dos residentes.

O PRP foi instituído pelo Ministério da Educação (MEC), através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela Portaria GAB 38, de 28 de fevereiro de 2018. Em seu primeiro Edital CAPES nº 06/2018, o PRP teve como objetivos:

I - Aperfeiçoar a formação dos discentes de cursos de licenciatura por meio do desenvolvimento de projetos que fortaleçam o campo da prática e conduzam o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente, utilizando coleta de dados e diagnósticos sobre o ensino e a aprendizagem escolar, entre outras didáticas e metodologias. II – Induzir a reformulação do estágio supervisionado nos cursos de licenciatura, tendo por base a experiência da residência pedagógica. III – Fortalecer, ampliar e consolidar a relação entre a IES e a escola, promovendo sinergia entre a entidade que forma e a que recebe o egresso da licenciatura e estimulando o protagonismo das redes de ensino na formação de professores. IV - Promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de formação inicial de professores da educação básica às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). (CAPES, 2018, p. 01).

Diante dos objetivos expostos, o PRP contribui para formação do residente promovendo uma interação entre a teoria e prática docente, contribuindo para uma formação inicial com todos os elementos que o residente necessita para uma formação de qualidade.

O PRP foi também elaborado em concordância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sendo um projeto que fortalece o desempenho das redes de ensino no desenvolvimento de futuros docentes e, assim, promovendo a adaptação dos currículos e atividades pedagógicas dos cursos de licenciatura às direções da BNCC (CAPES, 2020). Em síntese, a ideia central é instruir os discentes para que sejam capazes de discorrer sobre as habilidades, as atribuições e os conteúdos previstos na BNCC e que irá fazer parte do componente da conjectura externa.

Nesse sentido, o PRP foi delineado a partir do que preconiza a BNCC, que consiste em “um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2017, p. 7). A BNCC foi criada com o objetivo de estimular e assegurar o absoluto desenvolvimento intelectual, social e artístico dos discentes. Deste modo, o documento também é um instrumento para basear a característica do ensino ao colocar os coeficientes de desenvolvimento onde quaisquer estudantes podem ter permissão para acesso. O PRP aliado com a BNCC traz inúmeras vantagens, já que todo sistema educacional tem uma data prevista para estar totalmente adequado às orientações da BNCC.

Em 2019, foi instituída a Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019, que “[...] define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC Formação)” (BRASIL, 2019, p. 1). Diante dessa resolução, podemos destacar:

[...]Art. 1º A presente Resolução define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Professores para a Educação Básica e institui a Base (1) Resolução CNE/CP 2/2019. Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), constante do Anexo, a qual deve ser implementada em todas as modalidades dos cursos e programas destinados à formação docente. Parágrafo único. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Professores para a Educação Básica e a BNC-Formação têm como referência a implantação da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNCC), instituída pelas Resoluções CNE/CP nº 2/2017 e CNE/CP nº 4/2018 (MEC, 2019, p1e p2).

No parágrafo único seguinte, do art. 1º, declara que BNC - formação e as DCNs para formação inicial nos cursos de licenciaturas para Educação Básica se embasa na ação da BNCC, estabelecida pelas Resoluções CNE/CP n. 2/2017 e CNE/CP n. 4/2018 (BRASIL, 2019), bem como da Lei n. 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

A BNCC não é a única definir as diretrizes da educação as diretrizes da educação. Conforme a LDBEN/96, em seu Art. 62, podemos destacar que:

§ 1o A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério.

§ 2o A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância.

§ 3o A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância.

§ 4o A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios adotarão mecanismos facilitadores de acesso e permanência em cursos de formação de docentes em nível superior para atuar na educação básica pública.

§ 5o A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios incentivarão a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública mediante programa institucional de bolsa de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, de graduação plena, nas instituições de educação superior.

§ 6o O Ministério da Educação poderá estabelecer nota mínima em exame nacional aplicado aos concluintes do ensino médio como pré-requisito para o ingresso em cursos de graduação para formação de docentes, ouvido o Conselho Nacional de Educação – CNE [...]

§ 8o Os currículos dos cursos de formação de docentes terão por referência a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2020, p. 43).

O disposto estabelecido na LDBEN/1996 vai ao encontro da Constituição Federal de 1988, no seu Art. 205, que aponta que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Entendemos que a LDBEN/1996 traz como principal desígnio conduzir a educação brasileira. Aponta ainda que o docente precisará ter um apoio teórico sólido, constituído em concordância entre as noções teóricas e práticas, de maneira que possua habilidades a serem realizadas na prática profissional. Nesse caminho, as interversões com políticas educacionais tornam-se necessárias para atender uma articulação necessária entre a escola e as IES. Dessa forma, a Residência Pedagógica surge como programa que auxilia os estudantes de licenciatura a ter uma formação inicial que segue as diretrizes da educação, tornado o ensino e aprendizagem que articula a teoria com práticas pedagógicas.

O Ministério da Educação e Cultura, através da CAPES, em consenso ao que prega a Resolução CNE/CP n. 02, de 1º de julho de 2015, fomentada pela nova Resolução CNE/CP Nº 02, de 20 de dezembro de 2019, conduz de forma a orientar

princípios básicos na formação docente e, assim, abranger os indivíduos aliados para que se atinjam os alvos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. Seguindo esses parâmetros, foi lançado o Edital CAPES n.º 06/2018, com o Programa Residência Pedagógica.

Vale, também, ressaltar que a Resolução CNE/CP n. 02/2015, relata sobre a formação inicial no Art. 10, que:

Art. 10 A formação inicial destina-se àqueles que pretendem exercer o magistério da educação básica em suas etapas e modalidades de educação e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, compreendendo a articulação entre estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica, aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino. Parágrafo único. As atividades do magistério também compreendem a atuação e participação na organização e gestão de sistemas de educação básica e suas instituições de ensino, englobando:
I - planejamento, desenvolvimento, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos, do ensino, das dinâmicas pedagógicas e experiências educativas;
II - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico das áreas específicas e do campo educacional (BRASIL, 2015, p. 9).

Diante do exposto, a Resolução CNE/CP n. 02/2015 visa garantir a base comum nacional, ajustada pelo entendimento sobre o ensino como metodologia independente e constante e reconhecendo a peculiaridade das tarefas docentes que guiam as práticas como procedimento da articulação entre teoria e prática e a cobrança para que sejam levados em conta ambientes de acordo com sua realidade nas instituições, vivenciados junto à realidade em que estão entrepostos (BARREIRO; GEBRAN, 2006).

A Resolução CNE/CP n. 02, de 20 de dezembro de 2019, que aborda das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de docentes para a Educação Básica e que estabelece a BNC para a Formação Inicial de docente da Educação Básica conduz o tema das teorias e das práticas, assegurando que a formação docente e demais qualificação da educação deve integrá-las, bem como dar valor à profissionalização docente (BRASIL, 2019).

Diante desse cenário, as políticas de formação docente mostram que mudanças no ensino são importantes para trilhar caminhos que ajudam a ganhar

melhoria tanto no âmbito social, cultural e econômico e, assim, afirmando planejamento da educação nas escolas que são contempladas nos projetos do governo que são executadas através de reformas realizadas no ensino, que tem a formação docente como chave principal na implementação (MIRANDA; JUNIOR, 2016). Dessa forma, destacamos o PRP como uma ação de política pública que auxilia na formação inicial do futuro professor.

França-Carvalho e Cavalcanti (2019, p. 418) consideram a formação de professores como:

[...] uma prática social pluridimensional evidenciada por componentes comunicativos, psicológicos, afetivos, éticos, estéticos, políticos, antropológicos, deontológicos e práticos. Trata-se de uma práxis criadora e situada que, ao se materializar na ação eminentemente reflexiva, deliberativa e pedagógica do professor aproxima o trabalho docente de um ofício intelectual, cuja natureza está concentrada na razão prática da ecologia em sala de aula.

O PRP foi direcionado para formação primária dos docentes, favorecendo os estudantes dos cursos de licenciaturas, a experiência de trabalhar como professor em um formato dinâmico com duração de 440h de prática didática, com acompanhamento de um preceptor e um docente orientador (CAPES, 2018). Essa vivência possibilita ao aluno residente conhecer melhor a escola do que no estágio comum, conseguindo, então, desenvolver aptidões que irão fazer diferença na formação, tornando-o um professor mais atuante. (FREITAS, FREITAS, ALMEIDA, 2020).

A colocação do graduando em sala de aula através do PRP possibilita que o licenciando tenha oportunidade de praticar o conhecimento adquirido em sala na universidade, assim, promovendo uma bagagem de conhecimentos e vantagens tanto para o residente quanto para escola. Segundo a Portaria GAB nº 38/2018:

Art.1 Instuir o Programa de Residência Pedagógica com a finalidade de apoiar Instituições de Ensino Superior (IES) na implementação de projetos inovadores que esmulem a arculação entre teoria e práca nos cursos de licenciatura, conduzidos em parceria com as redes públicas de educação básica (CAPES,2018, p. 01).

Após a aprovação da Portaria, a CAPES lançou, em março de 2018, o edital 06 /2018, no qual visava “[...] selecionar, no âmbito do PRP, Instituições de Ensino Superior (IES) para implementação de projetos inovadores que estimulem articulação entre teoria e prática nos cursos de licenciatura, conduzidos em parceria com as redes públicas de educação básica” (CAPES, 2018, 2020. p. 1). Conforme o referido edital, o programa possui carga horária de 440 horas e duração de 18 meses. Os participantes são: os residentes, que compreendem os alunos das Licenciaturas; o preceptor, que é o professor da escola-campo; o docente orientador, correspondendo ao professor da Instituição de Ensino Superior (IES); e o coordenador institucional, que realiza a coordenação do projeto.

Em 2020, foi lançado o segundo edital do PRP, o Edital n. 01/2020, no qual continua com o mesmo objetivo e duração. A única mudança foi divisão da carga horária que o residente terá que cumprir, sendo dividida em três módulos de 138 horas, que compõem o projeto de residência pedagógica. Deverão contemplar as seguintes atividades: 86 horas para treinamento, caracterização e imersão na escola juntamente com o preceptor e o docente orientador, 12 horas de elaboração de planos de aula e 40 horas de regência com acompanhamento do preceptor, com duração de 6 (seis) meses para cada módulo.

Existe uma variedade de atividades pedagógicas que o residente do PRP disponibiliza aos alunos da escola escolhida pelo programa e que auxiliam no ensino e aprendizagem, principalmente em uma escola do campo, onde os recursos são muito limitados, e ter um programa atuando de forma efetiva é muito enriquecedor. Para o bolsista ou voluntário do PRP, ter a oportunidade de participar do programa é uma experiência significativa, pois prepara o futuro professor para seu campo de atuação profissional.

A seguir, apresentamos a seção o PRP e a articulação com o Estágio Supervisionado, que abordará sobre saberes da docência, articulando o estágio com o PRP.

4 O PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA E A ARTICULAÇÃO COM O ESTÁGIO SUPERVISIONADO: CAMINHOS DA DOCÊNCIA

O Programa Residência Pedagógica integra a política de formação de professores e sugere uma experiência docente na Educação Básica como uma proposta inovadora e encarando vários desafios. De acordo com Giglio (2010), as experiências de formações inicial e continuada vieram como uma vinculação posta entre o metódico e provisório nas metodologias pedagógicas, seguida de orientações dos professores e gestores no âmbito escolar, onde atua na realidade vivenciada na prática no convívio escolar. Podem ser apresentadas como uma adequação profissional na formação docente no ensino-aprendizagem.

De acordo com a Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, em seu Art. 1º, destaca que o estágio é um ato educacional escolar, desenvolvido no âmbito de trabalho, que aponta para a elaboração de um trabalho bem-sucedido do estudante que esteja cursando o ensino regular nas IES, de educação profissional, procurando educar docentes, habilitando-os para atuar diretamente na educação em vários campos do conhecimento (BRASIL, 2008).

As pesquisas de Pimenta e Lima (2012) pontuam que a formação inicial de docentes não pode ser limitada a métodos e instrumentalização técnica, contudo, se faz imprescindível implantar o estudante na própria realidade e levá-lo a uma aplicação social, pois a profissão docente é práxis e exercício diário.

Não podemos deixar de destacar o Art. 2, que aborda sobre a obrigatoriedade do estágio e irá depender da Instituição de Ensino Superior em que o estudante esteja matriculado, segundo as consignações das diretrizes curriculares da fase em que o aluno se encontra, Programa Pedagógico de Curso, característica e área de ensino. Destacamos, também, os parágrafos abaixo citados.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

§ 3º As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser

equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso (BRASIL, 2008, p. 1).

Nessa perspectiva, podemos entender que o estágio consiste em uma etapa de desenvolvimento realizado pelos acadêmicos que consta com supervisão apropriada tanto por parte da IES quanto pela escola campo de estágio. Ele se organiza em uma prática integrante na formação universitária que atende o preparo do licenciando numa realidade das escolas com a concretização entre teoria e a prática na procura de aprimoramento profissional. As universidades têm os estágios como tática de aprendizagem. No curso de Licenciatura em Educação do Campo, a formação do docente das escolas do campo necessita ser direcionada para o âmbito da vida dos estudantes e para suas vivências sociais, econômicas, culturais e políticas (ARROYO, 2004).

O destaque desse aprendizado pedagógico precisa ser a procura de um projeto educativo que atravessa os paradigmas habituais de um ensino que não dá valor ao trabalho do homem do campo, nem à forma de economia sustentável e altruísta. E, neste sentido, o estágio tem a função decisiva na formação destes docentes do campo (CALDART, 2004). O estágio supervisionado na Educação do Campo se caracteriza por abranger o tema da Educação do Campo a poder ter uma instrução de qualidade como “[...] sujeitos de história e de direitos; como sujeitos coletivos de sua formação enquanto sujeitos sociais, culturais, éticos e políticos”. (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004, p. 11-12).

Ao falarmos da formação de professores, necessitamos avaliar todos os formatos de informações: teóricas e práticas, noções individuais de acordo com a história e articuladas às novas informações, em especial, dados ocorridos de análises do meio educacional em prol de estratégias que favorecem o desenvolvimento do processo de qualificação docente. Nesse sentido, permite uma relação social do contexto de sala de aula. Segundo Marques Fonseca (2016), é preciso que o professor tenha consciência do seu papel social para que possa ajudar o aluno a compreender a sociedade, para que possa resolver os problemas que a vida nesta sociedade irá

apresentar, dando uma visão crítico-reflexiva para interpretar os problemas que emergem no cotidiano.

Segundo Tardif (2002), a exercício cotidiano do docente dá origem à sua vivência no exercício do saber. A formação inicial não supre a necessidade de aprendizado do docente, então, o PRP surge para auxiliar o aluno, promovendo uma articulação do conhecimento teórico com o prático. O programa oportuniza a vivência do estágio, pois é formado por duas etapas: a inicial, com a observação em sala de aula ao lado do docente da escola e orientado pelo docente da instituição formadora; e a segunda, no exercício da regência. Deste modo, o PRP é arquitetado como uma possibilidade formativa exitosa, fomentando o desenvolvimento de diversas habilidades e competências nos residentes que proporcionam uma ampliação de conhecimento. Nas áreas específicas, permite ao aluno construir sua bagagem de conhecimento acerca do trabalho docente, aprendendo a realizar o planejamento das aulas e aprendendo a lidar com certas situações em sala de aula.

Embora o Programa Residência Pedagógica seja um programa novo, já possui relevantes impactos na formação inicial, obtendo resultados expressivos tanto para o residente quanto para a comunidade escolar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo desenvolvido teve como objetivo compreender a importância do Programa Residência Pedagógica para a formação do professor do campo e, para isso, delineamos como objetivos específicos a análise do Programa Residência Pedagógica como política pública de formação de professores e identificando a relação entre o PRP e o Estágio Supervisionado no processo de aprendizagem da docência. Para traçarmos esses caminhos, foram realizadas pesquisas documentais e análise bibliográfica com embasamento nos principais autores que foram fundamentais para compor essa pesquisa.

O Programa Residência Pedagógica surge como uma política de ampliação da formação inicial de professores, tal como o PIBID, divergindo deste por atuar no eixo

da regência. Dessa forma, o PRP na Educação do Campo se apresenta como uma estrutura de apoio à formação inicial do professor do campo por viabilizar aos licenciandos uma imersão prática, construindo uma vivência profissional e delineando direções formativas em sala de aula. Também possibilita que o residente construa uma identidade profissional docente quando ele passa atuar na escola e, assim, desenvolver habilidades que não envolvem somente conteúdos escolares, já que essa é uma das vantagens de uma formação inicial voltada para Licenciatura em Educação do Campo: considerar a realidade campesina da escola em que o residente irá atuar.

Ao analisarmos o Programa Residência Pedagógica como política pública de formação de professores, encontramos vários documentos que compõe o PRP, como a BNCC, que foi criada com o objetivo de estimular e assegurar o absoluto desenvolvimento intelectual, social e artístico dos discentes, e a BNC-Formação, que determina as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica. As Resoluções CNE/CP n. 2/2017 e CNE/CP n. 4/2018, Resolução CNE/CP n. 02/2015, bem como da LDBEN n. 9.394/96, a Portaria GAB n. 38/2018, que institui o RP e os editais referentes às duas edições PRP, também foram analisadas sobre a formação de professores e os direitos e deveres da educação.

Com relação ao Programa Residência Pedagógica e à articulação com o Estágio Supervisionado, identificamos que, nessa perspectiva, o estágio é o desenvolvimento realizado pelos acadêmicos de licenciatura, que consta com supervisão tanto por parte da IES quanto pela escola campo de estágio, com o preceptor. Então, concluímos que, apesar do PRP ser um programa novo, ele está, sim, desenvolvendo um papel importante na formação inicial dos licenciados. Seria importante se o programa conseguisse contemplar mais alunos, já que as vagas são limitadas. Deveria ter uma política de orientação desde que o aluno ingressasse na universidade para ele ver o PRP com um olhar diferente e não concorresse somente pelo motivo da bolsa que o programa oferece, mas, sim, pela bagagem de conhecimento que o residente iria adquirir ao longo do programa.

Assim, compreendemos que o Programa Residência Pedagógica busca romper com a clássica distância entre a teoria e a prática docente por meio de uma

experiência mais larga e de uma atuação dividida entre a universidade e a escola da educação Básica. Por conter uma carga horária ampliada, colabora para o que o futuro docente passe a compreender e ter experiências no âmbito escolar em um formato mais aprofundado. O PRP também possibilita que o estudante consiga trocar informações com os professores no andamento do estágio através do PRP.

Diante contexto exposto, destacamos a necessidade de ampliar as pesquisas acerca da formação inicial de professores do campo, bem como das contribuições dos Programas de Iniciação à Docência nesse processo para o fortalecimento da Educação do campo e também oportunizar a construção da identidade docente e a valorização dos saberes camponeses no contexto escolar.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BARREIRO, I. M. F.; GEBRAN, R. A. **Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na Formação de Professores**. São Paulo: Avercamp, 2006.

BEGNAMI, J. B. **Formação por Alternância na Licenciatura em Educação do Campo**: limites e possibilidades do diálogo com a Pedagogia da Alternância. 2019. 402 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

BESUTTI, J.; REDANTE, R.C.; FÁVERO, A.A. Formação e construção da identidade docente a partir da narrativa de histórias de vida. Educação Por Escrito. Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 260-277, jul./dez. 2017

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislação/const/con1988/CO N1988_04.02.2010/CON1988.pdf. Acesso em: 18 de jun. de 2021

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Acesso em: 07 maio. 2021

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Programa de Residência Pedagógica**. Brasília: CAPES, 2018. Disponível em:

<https://www.gov.br/capes/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica>. Acesso em: 07 jun. 2021.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Programa de Residência Pedagógica**. Brasília: CAPES, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica>. Acesso em: 07 jun. 2021

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996. Acesso em: 17 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP Nº 2, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015pdf/file>. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Senado Federal, **Coordenação de Edições Técnicas**, 2020. 59 p. Acesso em: 17 jun. 2021

BRASIL. Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019. **Diário Oficial da União**, v. 1, p. 87 a 90-87 a 90, 2019.

CALDART, R. S. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In Arroyo, M., Caldart, R. S., & Molina, M. C. (org.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CALDART, R. S. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho, educação e saúde**, v. 7, p. 35-64, 2009.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Editora Vozes, 2000.

CAPES. **Portaria GAB n. 38, de 28 de fevereiro de 2018**. Institui o Programa Residência Pedagógica. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/01032018-portaria-n-38-de-28-02-2018-residencia-pedagogica.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2021

FRANÇA-CARVALHO, A. D.; CAVALCANTI, Á. L. L. A. O Programa Residência Pedagógica e a articulação com o Estágio Supervisionado na Universidade Federal

do Piauí. In: TAVARES, A. SOUSA, K. C. S.; CRUZ, K. (org.). **Residência pedagógica e formação docente em debate inicial: formação docente em questão**. Natal: IFRN, 2019. p.417-435.

CORRÊA, L. N. **Metodologia Científica: Para trabalhos acadêmicos e artigos científicos** Florianópolis, SC: Do Autor, 2008.

DE FREITAS, M. C.; DE FREITAS, B. M.; ALMEIDA, D. M. Residência pedagógica e sua contribuição na formação docente. **Ensino em Perspectivas**, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2020.

GIGLIO, C. M. B. Residência Pedagógica como diálogo permanente entre a formação inicial e continuada de professores. In: DALBEN, A. et al. (org.). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, v. 1, p. 375-392.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

KOLLING, E. J; NERY, I. J; MOLINA, M. C. **Por uma educação básica do campo: memórias**. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1999.

MARQUES, J. P; FONSECA, E. O; VASCONCELOS, K. C. **Formação de professores: pesquisas, experiências e reflexões**. Fortaleza: EdUECE, p. 195, 2016.

MIRANDA, A. R. de A.; JUNIOR, A. G. M. Política educacional, formação de professores e profissão docente: um olhar sobre a formação docente em história na UECE. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 10, n. 19, 2016.

MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. A Licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília: Estratégias Político Pedagógicas na formação de educadores do campo. In: **Licenciaturas em Educação do Campo - Registros e reflexões a partir das experiências piloto**. (UFMG;UnB; UFS e UFBA) (org.) Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

PEREIRA, A. J. S et al. Primeiras experiências da educação do campo no programa residência pedagógica. **DESAFIOS-Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins**, v. 7, n. Especial-2, p. 49-51, 2020.

PIMENTA, S. G. Formação de professores: saberes da docência e identidade do professor. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 22, n. 2, p. 72-89, 1996.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2012.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência: diferentes concepções. **Revista Poíesis**. v. 3, n. 3 e 4, pp.5-24, 2006.

PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Acesso em: 17 maio. 2021

SILVA, S. **Residência Pedagógica**: Uma alternativa possível na formação inicial de professores de Ciências e Biologia na Ufpr? 2015. 78f. (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Biológicas). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2000.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

UFPI. **Edital nº 02 de 25 de junho de 2018**. Seleção de alunos bolsistas e voluntários para o programa residência pedagógica. Disponível em: [http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/pibid/arquivos/files/EDITAL%20RESIDENCIA%20ALUNO%202018%20retificado\(1\).pdf](http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/pibid/arquivos/files/EDITAL%20RESIDENCIA%20ALUNO%202018%20retificado(1).pdf). Acesso em: 08 de jun. 2021

UFPI-Resolução Nº 05/2014 UFPI/CEPEX, de 12 de fevereiro de 2014, e reconhecido por meio da Portaria Nº 584/2019 MEC/SRSES, de 20 de dezembro de 2019. A LEdoC é proveniente do Edital Nº 02/2012 MEC/SECADI, de 31 de agosto de 2012- universidade federal do Piauí.

UFPI. **Edital Nº 1/2020 de 06 janeiro de 2020**. Seleção de alunos bolsistas e voluntários para o programa residência pedagógica. Disponível em: https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/Edital-1-2020-Resid%C3%Aancia-Pedag%C3%B3gica20200109144825.pdf. Acesso 08 de junh.2021

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão popular, 2007